

OLHARES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma experiência no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do Centro Universitário do Norte-Uninorte/Laureate.

PERSPECTIVES OF PROFESSIONAL TRAINING FROM THE EXTENSION UNIVERSITY: an experience at the Legal Practices Nucleus (NPJ) of Centro Universitário do Norte

Gilmara Araujo Teles¹

Elizangela Monteiro Teixeira²

Maria Francenilda Gualberto de Oliveira³

RESUMO: Este estudo reflete sobre a formação profissional dos discentes do curso de Serviço Social que realizam estágio no Núcleo de Práticas Jurídicas, bem como da identificação de sua contribuição no processo de formação profissional dos discentes, enfatizando os aspectos teóricos e metodológicos. Nesse emaranhado teórico a pesquisa foi realizada de forma bibliográfica e documental referente ao período de 2015 até 2016. O NPJ se configura como campo de extensão universitária, bem como de estágio supervisionado em Serviço Social, considerando seu caráter educativo profissional, possibilitando o processo de formação acadêmico-profissional.

¹Assistente Social, graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (2001) e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2017). Atualmente é docente do Centro Universitário do Norte - Ser Educacional.

²Assistente Social. Especialista em Serviço Social na área Sócio-Jurídica. Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE/Laureate. E-mail: elizangela.monteiro@gmail.com.

³Assistente Social. Docente do Centro Universitário do Norte (UNINORTE/Laureate). Mestre do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: maria.gualberto@uninorte.com.br.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.

Palavras Chave: Extensão Universitária; Formação Profissional; Núcleo de Práticas Jurídicas.

ABSTRACT: *This study reflects on the professional formation of the students of the Social Work course who carry out internship in the Center of Legal Practices, as well as the identification of their contribution in the process of professional formation of the students, emphasizing the theoretical and methodological aspects. In this theoretical entanglement the research was carried out in a bibliographical and documentary form referring to the period from 2015 to 2016. The NPJ is configured as a university extension field, as well as a supervised internship in Social Work, considering its professional educational character, making possible the formation process academic-professional.*

Keywords: *University Extension; Professional qualification; Nucleus of Legal Practices.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a Extensão universitária: olhares sobre a formação profissional a partir do Núcleo de Práticas Jurídicas do Uninorte/Laureate. Para tanto, discute sobre a formação profissional dos discentes do curso de Serviço Social que realizam estágio no NPJ, destacando as contribuições deste no processo de formação profissional dos discentes. Nesse sentido, o trabalho parte do debate de como o NPJ desenvolve suas ações no que tange ao ensino, a pesquisa e a extensão para o curso de Serviço Social.

O trabalho foi construído a partir do aspecto do processo da Extensão Universitária e compõe-se de quatro elementos: a extensão universitária, contextualização e caracterização do NPJ, assim como, o Projeto na formação discente. Na primeira parte, a abordagem está configurada na importância da extensão universitária, nos projetos de

extensão do Curso de Serviço Social, no exercício profissional e no compromisso institucional com a comunidade. Em seguida, há um destaque para contextualização do Núcleo de Práticas Jurídicas caracterização do trabalho no NPJ, por meio da identificação dos indicadores sociais no âmbito das expressões da questão social percebidas nos atendimentos sociais realizadas no NPJ.

A terceira parte versa sobre o projeto na formação discente, vivências no projeto (contato com a comunidade, possibilidade da relação teoria e prática) a instrumentalização do discente, esses verificados por meio dos grupos de estudo, os instrumentais, ficha social, parecer social, o laudo e perícia social e as oficinas de formação discente.

A motivação para este trabalho, nasceu a partir da participação e experiências no processo de supervisão de estágio no período de 2015 a 2016. Para o processo de sistematização deste trabalho, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica, que faz um levantamento das informações registradas nos relatórios anuais, bem como a partir das experiências das atividades realizadas com os estagiários de Serviço Social, Direito e Psicologia.

1. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é um dos princípios do tripé da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) e conforme Yamamoto (2012, p.271) é compreendida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. A concretização das ações entre a sociedade e universidade resultam numa relação que possibilita

fortalecer a divulgação das atividades acadêmicas e ainda obter conhecimento das necessidades da população. É nesse processo que:

A extensão universitária por ser um campo onde se desenvolve uma proximidade maior com professores (coordenadores e supervisores de projetos de extensão) e também com a comunidade, possibilita ao acadêmico fazer a articulação dos conteúdos teóricos e operacionais, cria oportunidades para o desenvolvimento de habilidades referentes ao trabalho em equipe e fortalece o compromisso social e ético no que se refere à busca dos direitos do cidadão. (SILVA & QUIMELLI, 2006, p.)

Demo (1995, p.81-98, apud Silva & Quimelli, 2006, p.281) ressalta que “a universidade é um espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento sendo seu papel específico educar pela ciência”. Consequente, para que a universidade alcance seus objetivos ela necessita de três elementos: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Além disso, a vinculação entre teoria crítica como sustentáculo também se evidenciam pelas teorias que consolidam a supervisão na união entre as matrizes ético-política, teórico- metodológica e técnico-operativa. Porém, há necessidade de refletir sobre o aspecto da escassez bibliográfica atuais no âmbito da instrumentalidade. Outro elemento não menos importante está relacionado ao que fazer, como fazer, para quem fazer e onde fazer. Estes itens são importantes para efetivação do processo de ensino aprendizagem, entretanto, a teoria deve estar aliada às outras dimensões para o

fortalecimento da intervenção. (LEWGOY, 2010).

A Lei nº 9.394/1996 pontua-se como base legal no . IV do art.43 no inciso VII que “promove a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Assim, a extensão para além de obrigatoriedade legal conduz à formação acadêmica no sentido de relacionar teoria x prática, aproximando o aluno da realidade, de forma que este possa fazer a leitura da realidade a partir das leituras e debates em sala de aula.

1.1 Extensão: Compromisso Institucional com a Comunidade

A extensão universitária no Centro Universitário do Norte se configura como processo:

educativo-cultural-científico com intuito de articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”, priorizando “como população alvo, segmentos excluídos que não têm acesso aos conhecimentos científicos e técnicos necessários para equacionar problemas que dizem respeito às necessidades básicas para a sobrevivência humana, assim como as necessidades na esfera da cultura que se mostrem relevantes para a autonomia e organização desses segmentos (PROGRAMA DE EXTENSÃO, 2016, p. 05).

A partir da assertiva, destaca-se que as atividades no NPJ são realizadas por profissionais como: advogados,

assistentes sociais e psicólogos, que atuam com a participação de estagiários na prestação de serviços gratuitos de atendimento jurídico e psicossocial à população de baixa, com intuito de garantir o acesso gratuito à justiça, possibilitando, ainda, aos alunos a aprendizagem a partir do contato direto com a população usuária dos serviços oferecidos pelo NPJ.

Assim, é importante sinalizar que as ações desenvolvidas nas comunidades geralmente são para informar a respeito dos serviços, bem como realizar atendimento jurídico e psicossocial, de forma a encaminhar as demandas da comunidade ao NPJ e aos órgãos competentes por meio de orientações diversas. Na oportunidade, da realização dos atendimentos nas comunidades, realiza-se o levantamento socioeconômicos a partir de uma perspectiva interprofissional, proposta essa que nem sempre consegue se efetivar, pois ainda encontramos o desafio institucional em garantir meios que possibilite a realização do diálogo acerca da demanda identificada, estudando-a, no sentido de propor e operacionalizar ações concretas para dirimir as problemáticas identificadas, coletivamente, no âmbito das comunidades, quando da realização das ações externas.

Além disso, as ações se pautam em: mobilização junto às famílias para promoção de orientação e sensibilização da comunidade a respeito de campanhas como a do câncer de mama, Programas Interdisciplinares Comunitários, a exemplo do (PIC) realizado pelo Uninorte em espaços estatais e paraestatais, com o objetivo de oferecer, realizar e desenvolver ações com caráter socioeducativo e de responsabilidade social nas áreas do direito, saúde, educação ambiental, cidadania.

Portanto, acredita-se que a Extensão Universitária contribui significativamente na mudança da realidade

prática da universidade na perspectiva de compreender que “a qualificação acadêmica e a relevância social são indissociáveis”, superando a compreensão de extensão universitária e “como função isolada do Ensino e da Pesquisa, e como atividade secundária para a formação acadêmica cidadã”. (Villar, 2011, p.23). Nessa mesma direção,

[...] rompe também com o entendimento da Extensão, como de mera atividade assistencialista, prestadora de serviços e difusora cultural e apenas transmissora de conhecimentos. Elimina a concepção do tripé da universidade, que analisa as funções do ensino, da pesquisa e da extensão de forma fragmentada e isolada, quando muito como complementares. (VILLAR, 2011, p.23).

Nesse contexto, destaca-se que a extensão do curso de Serviço Social busca articular teoria e prática, bem como atender as diretrizes da UNINORTE e devem refletir o enraizamento do Centro no contexto social, sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e para a produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico. Dentre outras, que possibilitem o avanço e a qualidade das ações de extensão universitária.

2. CONTEXTUALIZANDO O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O Núcleo de Práticas Jurídicas – Uninorte/Laureate (NPJ) é um órgão que está vinculado ao setor de Serviços da instituição, com atendimento a comunidade em torno da Uninorte, bem como dos encaminhados da rede de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.

atendimentos dos bairros adjacentes, assim como de órgãos, tais como: Conselho Tutelar, Fóruns, Defensoria Pública e outros. Com isso, o NPJ se constitui como uma instituição que realiza atendimento sócio jurídico, gratuito, à população de baixa renda com dificuldades financeiras de acesso à justiça, por meio do atendimento dos profissionais de Direito, Psicologia e Serviço.

A nomenclatura do NPJ era conhecida anteriormente como Escritório de Assessoria Jurídica (EAJ) e teve suas atividades iniciais no ano de 2002, com o objetivo de possibilitar o exercício da prática profissional aos estudantes do curso de Direito, proporcionando-lhes uma ótica ampliada do exercício teoria versus prática, como é citado no art. 5º da Regulamentação de Estágio sobre as atividades curriculares, na área de Direito da instituição estudada.

Em 2006, também ocorre a reconfiguração do trabalho no NPJ, pois o Serviço Social e a Psicologia passam a integrar a equipe, com o intuito de desenvolver ações numa perspectiva multiprofissional, de forma a atender os casos numa leitura mais abrangente, visto a complexidade dos casos que são atendidos pelo núcleo. No NPJ, os critérios para disponibilizar os serviços pela instituição são os preconizados na Constituição Federal de 1988, ainda apresenta desafios, devido ao número de demandas serem superiores aos serviços ofertados no NPJ. A instituição universitária inclui parceria estatal e com instituições na esfera do executivo e do judiciário na garantia do acesso à justiça gratuita para comunidade que não tem condições de custear uma ação jurídica, e que agrega a função de ensino e extensão para aprendizagem da prática de estágio dos discentes de Direito, Serviço Social e Psicologia.

O serviço oferecido no NPJ, para a população que

não dispõe de recursos financeiros para custear a abertura de um processo judicial. O acesso à justiça concretiza-se à medida que esta é inserida na proposta de inclusão no exercício da cidadania e no cumprimento dos direitos fundamentais e humanos. Portanto, a importância do Estágio Curricular no NPJ se pauta: 1) para a população, na garantia de acesso à justiça; 2) para os alunos, na construção do conhecimento, bem como a operacionalização na busca de efetivação da cidadania, direitos fundamentais e humanos.

Breve caracterização do trabalho no NPJ

O Núcleo de Práticas Jurídicas foi criado como determinação do MEC, pois é obrigatório todos os alunos de direito cursarem no mínimo 60 horas de aula no núcleo. Assim, constituído como EAJ, o núcleo a partir de 2002 tem se caracterizado como uma das dimensões que possibilita a democratização e o acesso do conhecimento adquirido, convertendo-o em ações práticas para intervir no meio social preparando seus acadêmicos para as tendências do mercado de trabalho.

Atualmente, o NPJ tem por objetivos a prestação de serviços jurídicos para atender a comunidade e, com o apoio psicossocial, intermediar e conciliar conflitos familiares, disponibilizando os serviços de forma gratuita aos usuários de baixa renda, que se encontram com dificuldades financeiras para ter acesso à justiça. Do mesmo modo que, busca aprimorar o processo de formação acadêmica e profissional dos discentes dos Cursos de Serviço Social, Direito e Psicologia.

No que se refere aos atendimentos, ressalta-se que há um número expressivo de casos na área da família, que desafiam profissionais e estagiários a conduzirem os

processos, principalmente, nos casos de conflito familiar como: divórcio, partilha de bens, guarda compartilhada, reconhecimento de paternidade, dentre outros. Observa-se que os 80% dos usuários encontram-se em situação de vulnerabilidade social e financeira, apresentando: renda abaixo de um salário mínimo, ou recebem benefícios sociais do Estado, ou estão desempregados e moram em casas alugadas, dentre outros. Com isso, os principais atendimentos no período de janeiro de 2015 a novembro de 2016, são:

Quadro 1: Natureza e tipos de atendimento

Familia	Cível	Criminal	Trabalhista	Previdência
Revisão de Pensão alimentícia Investigação de Ação de execução do valor da pensão alimentícia. Pensão alimentícia Averbação de divórcio. Curatela Provisória. Exoneração de alimentos. Reconhecimento de Paternidade Guarda Compartilhada. Inventário. Transferência de Guarda. Pedido de Guarda. Orientação sobre herança familiar	Rescisão contratual Ação de inventário Nulidade de contratação de compra e venda de imóvel. Reintegração de posse Compra de imóvel	Acusação de injúria e difamação Orientação de Mandado de Segurança. Ação de Defesa. Agressão física. Transação Penal Processo Ordinário. Contra-penal (perturbação de ordem de sossego). Responsabilidade Civil Lesão Corporal Ameaça de Morte	Alvará para saque do FGTS. Desvio de função Defesa administrativa ambiental. Reclamação Trabalhista. Rescisão Indireta Recurso Contra Ação Julgada Dispensa motivada Orientação administrativa	Prestação Continuada – BPC. Aposentadoria (INSS). Doença Ocupacional

Fonte: Setor de Serviço Social Núcleo de Práticas Jurídicas, 2016.

Vale ressaltar que, essas demandas apresentadas são forjadas no quadro de correlações de força, são demandas antagônicas, provenientes de interesses contraditórios das classes sociais, contradição esta que se escamoteia na imediatividade do cotidiano profissional. Nesse sentido, entende-se por demanda:

[...]a manifestação de necessidades, apresentadas explicitamente pelo usuário ou identificadas pelo técnico, que exigem intervenções de natureza socioassistencial. Nesses aspectos, serão tratadas demandas na área do Direito que se dá no processo judicial destinada a reclamar um direito, ou uma ação. (OLIVEIRA, FILHO, TORRES, 2014, p.08)

Segundo os autores, “no âmbito dos direitos, o acesso à justiça social se apresenta enquanto direito do usufruto de bens e serviços que venham conceber condições de uma vida digna, que garanta a cidadania, isto é, a condição de viver, onde os direitos sejam igualitários” (2014, p.08). Assim, a busca pelos serviços no NPJ se pautam por sua condição de vulnerabilidade e, conseqüentemente, numa perspectiva de seletividade pela condição de pobreza dos sujeitos.

Tabela 01: Atendimentos no NPJ

Área	2015/1º		2015/2º		2016/1º	
Família	80	45%	119	41%	93	62%
Cível	44	25%	90	31%	10	7%
Criminal	16	9%	42	15%	27	18%A
Trabalhista	28	16%	7	2%	6	4%
Previdenciária	10	5%	23	8%	9	6%
Reconhecimento de Paternidade	0	0%	7	2%	4	3%
Total	178	100%	288	100%	149	100%

Fonte: Setor de Serviço Social Núcleo de Práticas Jurídicas, 2016.

Assim, o perfil socioeconômico é que leva os usuários a buscarem os serviços no NPJ. Ressalta-se que tais demandas são engendradas a partir da exploração da relação entre capital x trabalho, tendo como resultado deste processo: a exclusão social e, conseqüentemente, a desigualdade social e vulnerabilidade social, tendo assim o na pobreza e na desigualdade, um entrave ao acesso à justiça.

3. METODOLOGIA DE ATUAÇÃO

Os procedimentos metodológicos do Serviço Social no Núcleo de Práticas Jurídicas adotam a perspectiva da relação das dimensões que configuram a formação e atuação da profissão, sendo as dimensões fundamentadas no projeto ético-político: teórico-metodológico; técnico-operativo e ético-político. Essas dimensões possibilitam a leitura qualificada da realidade que envolve a vida dos sujeitos e famílias atendidas no NPJ, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades no uso dos instrumentos técnicos utilizados no Serviço Social do NPJ.

Os procedimentos metodológicos e técnicas *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.*

utilizados no Serviço Social do NPJ são: entrevista social; visita domiciliar; história oral; estudo social; elaboração de parecer social, orientações, encaminhamentos dentre outras técnicas que envolvem o atendimento aos usuários do NPJ, seja na sede do núcleo, ou nas comunidades. E, considerando, as dimensões supracitadas, bem como fundamentados nos princípios do Código de Ética, destaca-se que o uso dos instrumentais, vão para além de um simples uso de instrumentos, uma vez que exige a capacidade teórica, técnica e prática.

Para tanto, A proposta do atendimento apresenta-se como uma forma de otimizar o atendimento, visto que após o cliente ser atendido pelo serviço social e psicologia, em momentos distintos, este era encaminhado para o setor jurídico, havendo a necessidade do mesmo relatar novamente o caso, o que gerava um desconforto para o mesmo, bem como o tempo que demandava para um atendimento.

A partir dessa nova metodologia de trabalho, observou-se maior aprendizado por parte dos estagiários, assim como maior interação entre a equipe de trabalho, a otimização dos encaminhamentos e o fortalecimento da comunicação. Assim, subentende-se que a atuação do assistente social, bem como do estagiário de Serviço Social deve apresentar competência teórico-metodológica, competência técnica, sendo entendido como competência teórico- metodológica aquela em que qualifica o profissional para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Garantindo assim, uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (IAMAMOTO, 2008).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.

A técnica da visita domiciliar é fundamental para o desenvolvimento dos casos mais complexos. Esta se constitui no ir ao local de residência do usuário, ao seu território de moradia. Neste sentido, temos que ter em mente que não é um “ir” sem um planejamento prévio, não é uma visita qualquer. Ela deve ter objetivos bem definidos. A visita domiciliar para Miotto (2001, p.148) “tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete”. Evidentemente que falar sobre prática é algo complexo, porém, o profissional deve obter aprimoramento porque assim permitirá a construção de uma prática que se compromete com os interesses do usuário (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

Assim, os procedimentos técnicos-operativos desenvolvidos pelo Assistente Social no espaço de atuação do NPJ, fundamenta-se pela sua instrumentalidade, ou seja, capacidade intelectual do profissional no que tange suas competências e habilidades, bem como sua intencionalidade. Está se caracterizando pela busca de materialização dos princípios do Código de Ética Profissional que conduz a ação do profissional na garantia de direitos dos usuários, assim como a materialidade da condução dos fundamentos do Projeto Ético Político do Serviço Social. Segundo Fávero (2014, p.48) a competência técnica, política e ética, com vistas ao enfrentamento das situações decorrentes das questões sociais com as quais lida no trabalho [...]”. Portanto, o conhecimento que aciona, a partir das habilidades e competências profissionais do assistente social objetiva alcançar as demandas atendidas por ele.

Bessa (2009) ressalta que para o enfrentamento da conjuntura que se apresenta para o profissional este *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.*

necessita ter habilidade na utilização dos instrumentos e técnicas e esse ato, depende não só das intenções dos profissionais, mas também de determinantes políticos, sociais e institucionais, enfim, de condições tanto objetivas quanto subjetivas que possibilitem seu trabalho.

4. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DISCENTE

Na medida em que o discente se capacita para o exercício teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social há que se considerar que essa possibilidade permite o entendimento e compreensão da realidade. Com isso, o estágio promove uma forma de reflexão teórica, da mesma forma que o espaço da sala de aula, sendo este suficientemente aberto para construção do trabalho profissional.

Sob essas bases é possível atribuir ao grupo de estudos realizado uma vez por semana pelos alunos e supervisor (a) um grau de importância significativa, pois este subsidia na reflexão e análise da teoria com a prática. No âmbito do Projeto, busca-se o compromisso com a dinâmica da criticidade, compreensão e conhecimento da realidade. O primeiro contato com essa realidade é a partir da utilização da entrevista social sob orientação do supervisor. Neste caso, a entrevista social é utilizada pelos estagiários e profissionais no processo de formação no cotidiano do estágio e o discente se depara com a realidade que deve apreender. Entretanto, essas demandas com as quais os alunos se defrontam requer aspectos éticos, como o sigilo obtido no diálogo, evitar qualquer juízo de valor entre outros.

A vivência dos discentes no processo de formação e no decorrer das atividades desenvolvidas no Projeto de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.

Extensões auxiliam na apreensão dos fenômenos postos na realidade dos acadêmicos. Ao percorrerem essa trajetória, os alunos participam de oficinas que são elaboradas com o objetivo de orientá-los. A elaboração dos instrumentais de estágio como Plano Individual de Estágio, Relatório, Projeto de Intervenção, dentre outros têm sido demonstrados através das produções de medidas como estas, que aprimoram o procedimento de construção dos instrumentais dos estagiários.

Vivências no projeto

Conforme Buriolla (2011, p.15) “o estágio é concebido como espaço de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social”. O que a autora pretende demonstrar é que este espaço deve formar a identidade do profissional e por isso esse aprendizado deve ser “planejado” e “sistematizado”. Portanto, com base nessas premissas, todas as atividades são planejadas sistematicamente pelos alunos e supervisores, o que possibilita também a instrumentalização dos alunos. E na medida em que os agentes profissionais vivenciam experiências práticas, refletem sobre ela a luz das teorias este processo pode ser apreendido como Guerra (2009, p.35) acena que “as racionalidades do Serviço Social podem ser tomadas como um conduto de passagem e eixo articulador entre teorias e práticas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, a contribuição do Núcleo de Práticas Jurídicas contribui no processo de formação profissional dos discentes, e enfatiza os aspectos teóricos e *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.*

metodológicos bem como o processo de pesquisa. Essa iniciativa enquanto projeto de extensão, busca inserir a Extensão universitária no cotidiano de formação profissional do processo de formação de ensino, pesquisa e extensão, na tentativa de levar o estagiário a sistematizar, organizar, apreender as obscuridades que estão por detrás das expressões da questão social. No entanto, a relação entre teoria e prática se realiza sob a luz das dimensões ético - político, teórico - metodológico e técnico-interventiva para o enfrentamento das demandas atendidas na ambiência institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BURIOLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Resolução 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Social. FÁVERO, Eunice Terezinha. **O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária**. In: CFESS (org.) **O estudo Social e Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.**

São Paulo: Cortez/CFESS, 2014, p.48.

FILHO, Francisco Chagas Santos; TORRES, Rutelândia da Silva; OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de. **Estudo Do Perfil Socioeconômico Dos Usuários Atendidos No Núcleo De Prática Jurídica. Manaus: Uninorte/TCC, 2014.**

GEBER, Luiza. **Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos.** Disponível em:<https://www.amavi.org.br.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2016.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço Social.** 7. ed. São Paulo. Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Viviane; KREBS, Josiane; JUNIOR, Getúlio. **Bases Legais da Extensão para os Institutos Federais e IFRS.** Disponível em: <http://www.farroupilha.ifrs.edu.br>. Acesso em: 21 de out. de 2016.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019.

SILVA, Soraya; QUIMELLI, Gisele. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político.

Disponível em >file:///C:/Users/User/Downloads/83-293-1-PB.pdf. Acesso em: 23 de out. 2016.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sociohistórica do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. Temporalis, Brasília, ano II, n. 4, p. 21-39, jul. /dez. 2004.